bre o uso que fez das atribuições que pelo presente projecto de lei lhe são conferidas.

Art. 11.º É autorizado o Governador Geral de Angola a ordenar os regulamentos e adoptar todas as medidas necessárias para execução do presente decreto, submetendo os regulamentos à aprovação superior, sem prejuízo da sua immediata execução.

Art. 12.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros das Finanças e Colónias a façam imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República e publicada em 22 de Julho de 1914.—*Manuel de Arriaga*—*António dos Santos Lucas*—*Alfredo Augusto Lisboa de Lima*.

9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

DECRETO N.º 672

Tendo em vista o disposto nos artigos 6.º e 7.º da lei de 30 de Junho de 1913 e nos termos do n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa: hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, decretar:

Artigo 1.º A quantia de 900.000\$ votada no orçamento do Ministério das Colónias, aprovado por lei de 30 de Junho próximo passado, como subvenção para ocorrer aos *deficits* coloniais, é provisoriamente distribuída no ano económico corrente, pela forma seguinte:

À provincia de Cabo Verde . . .	36.000\$
À provincia de Angola	752.000\$
Ao Estado da Índia	12.000\$
À provincia de Timor	100.000\$

§ único. Aprovadas que sejam as tabelas de despesa das diversas colónias, o respectivo Ministro rectificará a presente distribuição em harmonia com os resultados orçamentais, ordenando as transferências que se tornarem necessárias das contas dumas para outras colónias.

Art. 2.º A cota de 50 por cento sobre a totalidade do capítulo 2.º do orçamento do Ministério das Colónias, na importância de 120.627\$38 adicionada de 27.085\$41, importância de 50 por cento sobre a dotação dos artigos 49.º, 53.º, 97.º, 100.º e 126.º a 128.º do orçamento do Ministério de Instrução Pública, com que as colónias, na proporção das suas receitas ordinárias, tem de contribuir para as despesas de administração geral, nos termos do artigo 7.º da lei de 30 de Junho de 1913, é distribuída, no presente ano económico, da forma seguinte:

Cabo Verde	6.052\$02
Guiné	6.138\$67

S. Tomé e Príncipe	14.659\$45
Angola	32.045\$59
Moçambique	63.892\$45
Índia	12.650\$71
Macau	8.518\$89
Timor	3.755\$01

Art. 3.º Para ocorrer ao custeio das despesas com pessoal e material, que sendo próprias do ultramar tem de ser pagas na metrópole, cada colónia manterá em depósito privativo, na Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência, a quantia precisa para esse fim, devendo completá-la por meio de cheques enviados ao Ministério das Colónias, quando não chegarem as receitas da mesma colónia cobradas na metrópole.

§ único. Para os efeitos deste artigo a existência média mensal em depósito na conta de cada colónia, existente na Caixa Geral de Depósitos, não deverá, no actual ano económico, ser inferior à que em seguida lhes vai indicada:

Para Cabo Verde	6.000\$
Para a Guiné	15.000\$
Para S. Tomé e Príncipe	30.000\$
Para Angola	60.000\$
Para Moçambique	75.000\$
Para a Índia	10.000\$
Para Macau	10.000\$
Para Timor	8.000\$

Art. 4.º Para os fins designados no artigo antecedente, e de conformidade com o disposto na lei de 30 de Junho de 1913, a 9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública enviará até o dia 3 de cada mês à Direcção Geral de Fazenda das Colónias uma conta corrente do movimento dos fundos coloniais havido na Caixa Geral de Depósitos, respeitante ao mês anterior, indicando o saldo disponível de cada colónia no último dia daquele mês.

§ 1.º Recebida que seja, na Direcção Geral de Fazenda das Colónias, a conta de que se trata, esta enviará para cada colónia, no primeiro paquete a sair, a conta que lhe disser respeito relativa ao mês anterior.

§ 2.º Quando alguma conta corrente apresentar, em saldo disponível, quantia inferior à designada no § único do artigo anterior, o Governador da respectiva colónia ordenará a immediata transferência de fundos para a metrópole, a fim de cobrir a insuficiência.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 22 de Julho de 1914.—*Manuel de Arriaga*—*Alfredo Augusto Lisboa de Lima*.